

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE**

LEI 10639/03 NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS

**CURITIBA
2015**

SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE

LEI 10.639/03 NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Educação para as Relações Étnico Raciais - ERER, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ms. Karina Falavinha.

CURITIBA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE

LEI 10.639/03 NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Educação para as Relações Étnico Raciais - EREER, Setor de Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância (CIPEAD), pela seguinte banca examinadora:

Judit Gomes da Silva

Profa. Doutoranda em Antropologia/UFPR

Thaís Carvalho

Profa. Doutoranda em Educação-UFPR

Curitiba, 10 de Dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

À orientadora Profa. Karina Falavinha pelo acompanhamento, orientação e amizade.

Ao Curso de Especialização em Educação para as Relações Étnico Raciais – EREER, Setor de Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância (CIPEAD) da Universidade Federal do Paraná, nas pessoas da Profa. Nathália Savione Machado e Prof. Josafá Cunha.

Ao Colegiado do Curso de Especialização em Educação para as Relações Étnicos Raciais – EREER, pela compreensão nos momentos difíceis.

A todos os professores que nos acompanharam no processo.

Aos professores e orientadores que acreditaram em nossos sonhos.

(...) Temos que aceitar que introjetaram em nós uma série de mecanismos, uma série de posturas que são racistas e autoritárias. Então, para aceitar isso, é preciso ter coragem de assumir essa luta e essa contradição. Nós somos contraditórios e a assunção desta contradição nos dará coragem par enfrentar nossas dificuldades.

Helena Theodoro Lopes

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar se efetivamente Lei 10.639/2003 está sendo praticada pedagogicamente dentro do espaço escolar, foram utilizados dados coletados em uma escola Municipal dentro do Município de Garuva, SC. A política educacional toma como foco o combate à desigualdade racial, reconhecimento, e a valorização da cultura afro-brasileira e africana em todos os componentes curriculares. Para tanto, foi realizada uma análise bibliográfica e aplicação de um questionário para os professores e alunos de tal escola. A presente produção apresenta os dados coletados e analisados através de entrevista.

Palavras-Chave: Prática pedagógica, Lei 10639-03, Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This work aims to analyze effectively Law 10.639 / 2003 is pedagogically Sedo practiced within the school environment, we used data collected in a municipal school in the city of Garuva, SC. The education policy takes as its focus the fight racial inequality will, recognition, and appreciation of african-Brazilian and African culture in all curricular components. To this end, a literature analysis and application of a questionnaire to teachers and students of this school was held. This production presents the data collected and analyzed through interviews.

Keywords: Pedagogical Practice, Law 10639-03, Elementary School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico. 01 - Conhecimento sobre o tema.....	22
Gráfico. 02 - Abordagem ao tema no ano 2014/ Professores e alunos.....	23
Gráfico. 03 - Preconceito	24
Gráfico. 04 - Desafio Espaço Escolar.....	25
Gráfico. 05 - Características físicas similares.....	26
Gráfico. 06 - Características individuais e familiares.....	27
Gráfico. 07 - Números de Professores de diferentes diversidades raciais.....	28
Gráfico. 08 - Vivência com violência.....	29
Gráfico. 09 - Desigualdade na escolar.....	30
Gráfico. 10 - Diferença e igualdade.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PT – Partido do Trabalhador.

RS – Rio Grande do Sul.

UFPR - Universidade Federal do Paraná

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da educação brasileira.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO I.....	13
2. TRAJETÓRIA DA LEI 10.639/03	13
CAPITULO II.....	19
3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIANTE DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS.....	19
CAPITULO III.....	21
4. RESULTADOS DA PESQUISA.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXOS.....	35

INTRODUÇÃO

Oportunizado reflexões e práticas acerca de uma Educação das Relações Étnicos Raciais, esta pesquisa partiu da necessidade de revisar os conhecimentos produzidos sobre a temática da História da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil, por meio da análise da Lei 10.639/03 como termos legais promulgados para combater o racismo no ambiente escolar, uma vez que a prática escolar, acabou por tempos reproduzindo a desigualdade de classes e a desigualdade social.

Nesse sentido, realizou-se análise bibliográfica em relação ao tema e utilizou-se de questionários destinados a professores e alunos de uma escola do Município de Garuva em Santa Catarina, para verificar a prática pedagógica da escola.

O objetivo geral foi de: analisar na prática a LEI 10.639/03, no por meio dos seguintes objetivos específicos:

Realizar análise bibliográfica; distribuir questionários e mapear as respostas de forma quantitativa analisando os dados coletados.

Foi entrevistado 87 alunos de uma Escola Municipal alunos do 4º Ano, divididos em 3 turmas, alunos de 9 aos 12 anos, e 13 professores regentes e auxiliares de sala, ao total 100 pessoas vivendo um movimento social o do espaço escolar.

O homem vive em sociedade e depende de seus semelhantes para sobreviver , segundo Ana Lúcia Valente:

Na interação com outros homens, como o meio na reflexão sobre a própria vida, o homem tem como condição e produto de sua natureza humana a capacidade de transforma-se, transformado o meio, de cria símbolos e de transmitir conhecimento produzido e acumulados aos seus descendentes. (VALENTE, 1999, p.15).

Vivenciamos que a interação e a aceitação do outro com suas características próprias são necessários para transformar o meio.

O processo de transmissão do conhecimento conforme aquilo que chamamos de processo cultural. Tal processo é inseparável da condição social do homem. Porque se transforma ao longo do tempo, é histórico, e por ser comum a todos, é considerado universal. Porque implica o conhecimento e aprendizado, é um processo educacional. . (VALENTE, 1999, p.16).

Neste sentido o processo necessário para entendermos que a cultura se transforma ao longo do tempo através do processo educacional da transmissão do conhecimento.

A educação é expressão do social e da cultura que caracteriza universalmente todos os seres humanos, uma expressão que, por ser histórica transforma-se.

Por isso segundo Valente (1999), um conjunto de práticas pedagógicas de controle e submissão, devido à expansão europeia, promovida pela descoberta e conquista de novos continentes e novos mercados para o capitalismo em sua expressão mercantil foi imposta.

Na estratégia de redução do “outro” ao “mesmo”, isto é , de imposição do universalismo europeu sobre as singularidades social de outras culturas, mediante o controle do processo educacional de uniformização da fé e das consciências. (VALENTE, 1999, p.29).

O aprendizado neste caso facilitou a comunicação e também a dominação, a obrigação de todos aceitarem a cultura europeia imposta.

No tocante à educação oferecida aos trabalhadores compulsórios na colônia, escravos, marca-se uma diferença flagrante e inquestionável entre sua experiência vivida e pensada, são obrigados a trabalhar segundo princípios alheios a sua experiência passada, vivida, sofrendo ruptura violenta.

A população escrava era impedida de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros pela Constituição de 1824.

No período pós-abolição ressalta Romão em História da Educação brasileira:

Na primeira República, para o trabalhador branco nacional ou estrangeiro, além das escolas públicas oficiais, havia as instituições particulares e as escolas dos trabalhadores. E para os ex-escravos? Temos ainda poucas informações sobre eles. (ROMÃO, 2005, p. 66)

Na primeira república havia educação para trabalhadores estrangeiros, mas para os ex-ecravos pouco documentos existem como registros de uma educação escolar para eles.

Segundo Henri Moniote (1976) tece considerações sobre a tendência, que perdurou durante muito tempo, de excluir os povos não europeus das narrativas do campo histórico.

Tal exclusão foi justificada por uma ideia de inexistência de fatos notáveis nas sociedade não-europeias, antes do contato com os brancos . Para o autor, essa ideia “esterilizava os germes da curiosidade histórica, privada de objetos pela evidência prévia” (MONIOTE, 1976, p.99).

Para o autor Henri Moniote é a justificativa histórica do eurocentrismo que ainda permanece em nossa história até os dias atuais.

Segundo Silva, Araújo (2005), em 1854, a reforma de Couto Ferraz (decreto 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854) instituía a obrigatoriedade da escola primária para criança maiores de 07 anos e a gratuidade das escolas primárias e secundárias da Corte.

Cabe: ressaltar, entretanto, dois pontos relevantes nesta Lei, que comprovam a ideologia da interdição primeira, nas escolas públicas não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas e nem escravos; segundo, não havia previsão de instrução para adultos. De uma maneira geral, essa reforma educacional previa a exclusão dos negros escravos, adultos e crianças, além de associa-los às doenças contagiosas da época, provavelmente e varíola e a tuberculose. (SILVA, 2005, p. 66)

Para Silva há um ponto básico na história que os negros escravos eram associados as doenças contagiosas da época, por isso não eram permitidas uma instrução adequada para eles.

CAPITULO I

Neste capítulo será apresentando um breve histórico sobre a LEI 10.639/03 e sua trajetória, apresentado os pontos mais relevantes da história.

2. TRAJETÓRIA DA LEI 10.639/03

De acordo com Nilma Lino Gomes (2007), a partir de reivindicações dos diferentes Movimentos Sociais, acreditamos que a implementação da Lei 10.639/2003, foi uma conquista histórica que levaram há mudanças dentro do espaço escolar, que questionam os currículos escolares.

[...] Tais movimentos indagam a sociedade como um todo e, enquanto [sujeitas políticas e] sujeitos políticos, colocam em xeque a escola uniformizadora que tanto imperou em nosso sistema de ensino. Questionam os currículos, imprimem mudanças nos projetos pedagógicos, interferem na política educacional e na elaboração de leis educacionais e diretrizes curriculares. (GOMES, 2007, p. 26)

A promulgação da LEI 10.639/03 foi necessária para a reconstrução da história do Brasil, pois esquecemos que o negro construiu também o país, ficou esquecido sua existência na história após a abolição da escravatura, sem reconhecimento de seus direitos, simplesmente extinguímos sua existência, e a Lei rompe com a ideia de subordinação racial no campo das ideias e das práticas educacionais, propõem reconceituar a relação racial na educação.

Acreditamos que o racismo ainda está entranhado nas relações sociais, desiguais, entre as/os negras/os e brancas/os no Brasil. Um racismo herdado desde o período colonial brasileiro, que garantiu e legitimou a escravização de africanas/os, baseados em supostas “justificativas” racistas, que hierarquizaram e classificaram mulheres e homens brancas/os em superiores/es e negras/os em inferiores. Possivelmente são estas “justificativas” permeiam algumas práticas pedagógicas nos espaços escolares. (LOPES, 2011, p.45)

No Brasil colonial (1549 - 1759), além da maciça catequização dos indígenas eram promovidos de educação dos filhos dos colonos, surgem escolas para ler e escrever, escolas secundárias e seminários.

Frei Vicente do Salvador, um franciscano, escreveu sobre o Brasil em 1627, que por volta dessa data acabava ali, a transição da escravidão indígena para a africana.

Após a Lei Áurea em 1888, os escravizados agora recém libertos, deixaram de servir, por isso se tornou na época um estorvo para a sociedade, foi considerado um atraso para a nação com muitos teóricos na época afirmando o declínio e retardamento do país no século XIX.

E o povo negro trilhou seu próprio caminho com ruptura de suas raízes, perdendo a essência de sua identidade, em uma sociedade excludente, discriminatória, iniciando a busca para a sobrevivência, assim construiu uma imagem estereotipada do negro como sendo uma “raça inferior”.

Segundo Kabengele Munanga (2006), sobre a ideologia da superioridade do homem branco:

Apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na , negritude e na mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior. (MUNANGA, 2006, p.16).

Clara esta situação de discriminação histórica, e que do ponto de vista biológico algo impossível de acontecer.

A historiografia da educação brasileira, que não contempla a multiplicidade dos aspectos da vida social e da riqueza cultural do povo brasileiro (NAGLE 1984, p.29), o campo de pesquisa tem sido veículo de continuísmo da reprodução do tratamento desigual da sociedade.

Com a clara situação discriminatória em relação aos negros e a superioridade dos brancos.

Surge cada vez mais, uma ideologia na qual está afirmada a superioridade cultural indiscutível da raça branca, já que a civilização está associada aos brancos e a seus atributos físicos, enquanto a barbárie ou a selvageria é associada a outras raças. (WIEWIORKA, 2007, p. 24).

A superioridade cultural se mantém ao longo do tempo. Para Albuquerque, a história do negro brasileiro e sua trajetória com vínculo africano é fundamental para explicação de nossa história.

A história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravidão nas Américas, à vida de cativo no Brasil. Trata-se de uma saga que se cruza com a aventura dos navegadores europeus, principalmente os portugueses, e com a formação do Brasil como país. Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. Por isso, para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno. (ALBUQUERQUE, 2007, p.14)

Segundo o autor Michel de Certeau o papel do historiador e a importância das fontes no processo de produção de conhecimento histórico, enquanto sujeito da pesquisa o historiador transforma objetos em fontes históricas.

Colecionar foi durante longo tempo fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar. E com os objetos por ele multiplicados, o colecionador torna-se um ator num encadeamento de uma história a ser feita (ou refeita) segundo novas pertinências intelectuais e sociais. Dessa forma, a coleção, o produzir uma subversão dos instrumentos de trabalho, redistribuir as coisas, redefine as unidades do saber, instaura um lugar de recomeço ao construir uma “gigantesca máquina” (Pierre Chaunu) que tomará possível uma outra História (CERTEAU, 1976, p.31).

As trajetórias educacionais dos negros no Brasil revelam essa desigualdade cultural.

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da ditadura um lugar de recomeço ao construir uma “descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (BRASIL, 2004, p. 7).

A desigualdade foi sendo construída ao longo do tempo histórico, agora reconstruída através de lutas pelos direitos de igualdade social e cultural.

É antiga a preocupação dos movimentos negros com a integração dos assuntos africanos e afro-brasileiros ao currículo escolar. O movimento Negro¹, após reivindicações apresentadas pelo grupo solicitou a promulgação da Lei, que exigiram por meios de documentos medidas que viabilizassem políticas educacionais, que contribuíssem a permanência de negros nas instituições escolares, a partir de metodologias diferenciadas com material didático que contribuíssem para a disciplina da história da Educação Brasileira.

Para diminuir as desigualdades surge nesse cenário a lei 10.639, sancionada em 9 (nove) de janeiro de 2003 pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro Brasileira em todos os currículos escolares. Sendo, portanto, o reconhecimento da influência das muitas culturas africanas na formação da cultura nacional.

Art. 26 - A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (MEC, 2003, p. 03.)

A Lei é um instrumento para reposicionar o negro no mundo da educação.

(...) Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que constitui. Por sua formação histórica a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas (...). (MEC/SEC, 1998, p. 21).

¹ Movimento negro nesse trabalho é entendido como a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais.

A Lei 10.6309/03 é uma ferramenta que não indica apenas inserir conteúdos, mas também rever conteúdos existentes nos currículos escolares aplicados ao longo da história, portanto revendo as práticas e posturas dentro do espaço escolar, o professor por ser responsável na formação social do indivíduo, importante estar atento e trabalhar essa diversidade no contexto educacional para proporcionar uma educação igualitária, como preveem o artigo 206 da Constituição Federal.

Segundo Cavalheiro (2004, p. 118), são sete os elementos estruturais na organização da escola que contribuem para a segregação do grupo negro no interior do espaço escolar e, dele, para sua subordinação na sociedade: currículo escolar, formação docente, material didático-pedagógico, minimização do problema racial, linguagem, distribuição desigual de estímulo e afeto, negação da diversidade racial brasileira na formação da equipe da escola.

Segundo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

(...) para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos específicos. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (Brasil: 2004, p.15)

Na cotidianidade escolar que surgem situações que precisam ser esclarecidas. Fechar os olhos e recusar-se a discutir as diferenças não resolve o problema, apenas adia, encobre. Cabe ao educador trazer essas questões para discussão e, tornar o “diferente” como um ganho, um acréscimo, somente assim garantindo a educação intercultural nas atividades escolares.

Atualmente, há ações afirmativas que apontam a valorização da comunidade negra contribuindo para a elevação de sua auto-estima, como reconhecimento como cidadão que ajudaram a construir a nação brasileira.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (BRASIL, 2003, p. 11).

A multiplicidade de raízes da nossa formação cultural não pode ser desconsiderada sob pena de se priorizar apenas a visão hegemônica e unilateral de mundo. Cabe à escola rever seus objetivos de garantir a preservação e transmissão das tradições culturais dos diferentes grupos étnicos que compõem a nacionalidade. Sob o enfoque da pluralidade, compete à escola difundir esses conhecimentos acumulados socialmente entre todos os estudantes, como meio de compreensão e afirmação de nossa identidade multiétnica e pluricultural em que se fundamenta a defesa consciente dos valores da cidadania.

CAPITULO II

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIANTE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Em um olhar há um passado recente, como fez Muller (2003), enxergando o racismo presente na história do Brasil, essa pesquisadora documentou sobre a existência do esforço das autoridades no sentido de branqueamento da categoria do Magistério, a partir do crescente investimento em educação pública do início do século XX, no Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Esse processo se inicia na década de 20 e atinge seu ponto máximo quando a Escola Normal desaparece para dar lugar ao Instituto de Educação, em 1932 (MULHER, 2003, p.77).

A Escola como um local privilegiado para interação entre as diferenças Segundo Lopes (1999).

A escola é o espaço onde se encontram diferentes crianças, adolescentes e adultos/os e é um local onde podem acontecer diferentes conflitos, reforçados diante de possíveis outras diferenças, sejam elas culturais, geracionais, de classe, das sexualidades, dos pertencimentos étnico-raciais, das religiosidades, entre outras.(LOPES, 1999 , p.48)

Portanto a escola como local de interação é compreendida como o berço dos conflitos, dessa conversação que proporciona a troca de experiência e é, nesta fase que entra a discussão da cultura afro, em sala de aula estimular docente e discente a discutir o assunto, as vezes gera ao professor desconforto e medo em falar sobre o assunto por falta de conhecimento e formação.

Pereira (2007), destaca:

Daí, a necessidade imediata de educadores e educandos se articularem, a fim de estabelecer redes de convivência que resultem não só no ensino-aprendizagem de determinados saberes, mas, para, além disso, na percepção e na aceitação da importância de outras tantas maneiras de viver e de saber (PEREIRA; 2007, p.15).

A crítica ao racismo continua com as práticas racistas, a cultura do racismo na educação alimenta-se do que já é, ao ponto que a rejeição às mudanças quais e se justifica pelo instinto de sobrevivência, o debate a valorização da cidadania dos negros, muitas vezes é inoportuno e frente às dificuldades de ensinar e aprender, a história da África, nossa descendência se torna cada vez mais longe da realidade dos bancos escolares, sendo que para a construção e reconstrução da identidade, de um novo com igualdade de direitos dentro da escola, é gradativo, não é da noite para o dia que acontece.

A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modo de agir, e de pensar e da história pessoal.

Sua construção é gradativa e se dá por meio das interações sociais estabelecidas pelas crianças, nas quais ela, altamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição.

A fonte original da identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida. Em geral a família é a primeira matriz de socialização. Ali, cada um possui traços que distinguem dos demais elementos, ligados à posição que ocupa (filho mais velho, caçula etc.), ao papel que desempenha, às suas características físicas, ao seu temperamento, às relações específicas com o pai, mãe e outros membros etc.

Uma das particularidades da sociedade brasileira é a diversidade étnica e cultural. Essa diversidade apresenta-se com características próprias segundo a região e localidade; faz-se presente nas crianças que frequentam as instituições, e também em seus professores (BRASIL, 1998, p.13).

Não podendo, contudo, esperar que se desintegrem os sentidos instituídos, a naturalização do preconceito arraigados no imaginário social, com apenas com força de vontade, ou com a realização de uma boa ação, é essencial a tenacidade do combatente com políticas públicas eficientes.

CAPITULO III

4. RESULTADOS DA PESQUISA

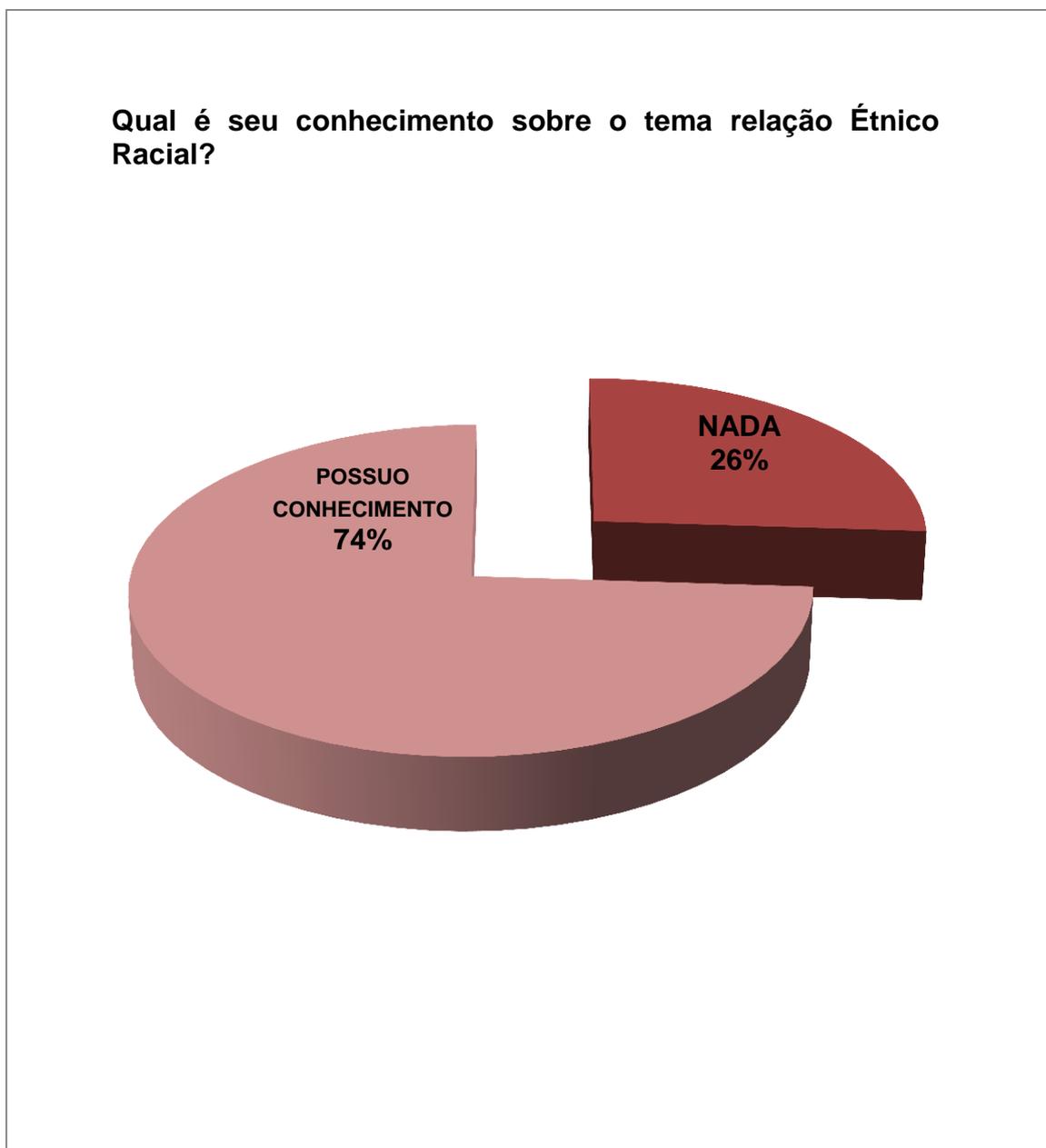
O resultado da presente pesquisa busca apresentar os dados coletados através do instrumento de questionário aplicado á 87 alunos e 13 professores da Escola Municipal no Município de Garuva em Santa Catarina, levando em consideração os aspectos de conhecimento sobre o assunto Étnicos raciais para ser o norteador de futuras ações dentro da Escola Municipal para os próximos anos.

Como também não poderia deixar de abordar a questão do papel da escola no que tange a finalidade de trabalhar o tema com intuito de diminuição de qualquer tipo de discriminação. Como ferramenta para auxílio do ensino e aprendizagem, visando tornar a aprendizagem mais eficiente e de qualidade para o desenvolvimento de atividades pedagógicas da escola e a preparação do indivíduo tornando-o cidadão.

Os dados estão apresentados em formas de gráficos nas quais tem por objetivo dos dispostos percentuais. As questões para a interpretação consistente dos dados. O questionário elaborado utilizado para este estudo encontrasse no Anexo 1. De forma Prática os dados serão apresentados da seguinte forma:

1. Os dados estão apresentados em tabelas e em gráficos, demonstrando de forma clara suas grandezas e quantidades e percentuais.
2. Apresentação na integra das perguntas elaboradas (Anexo1)

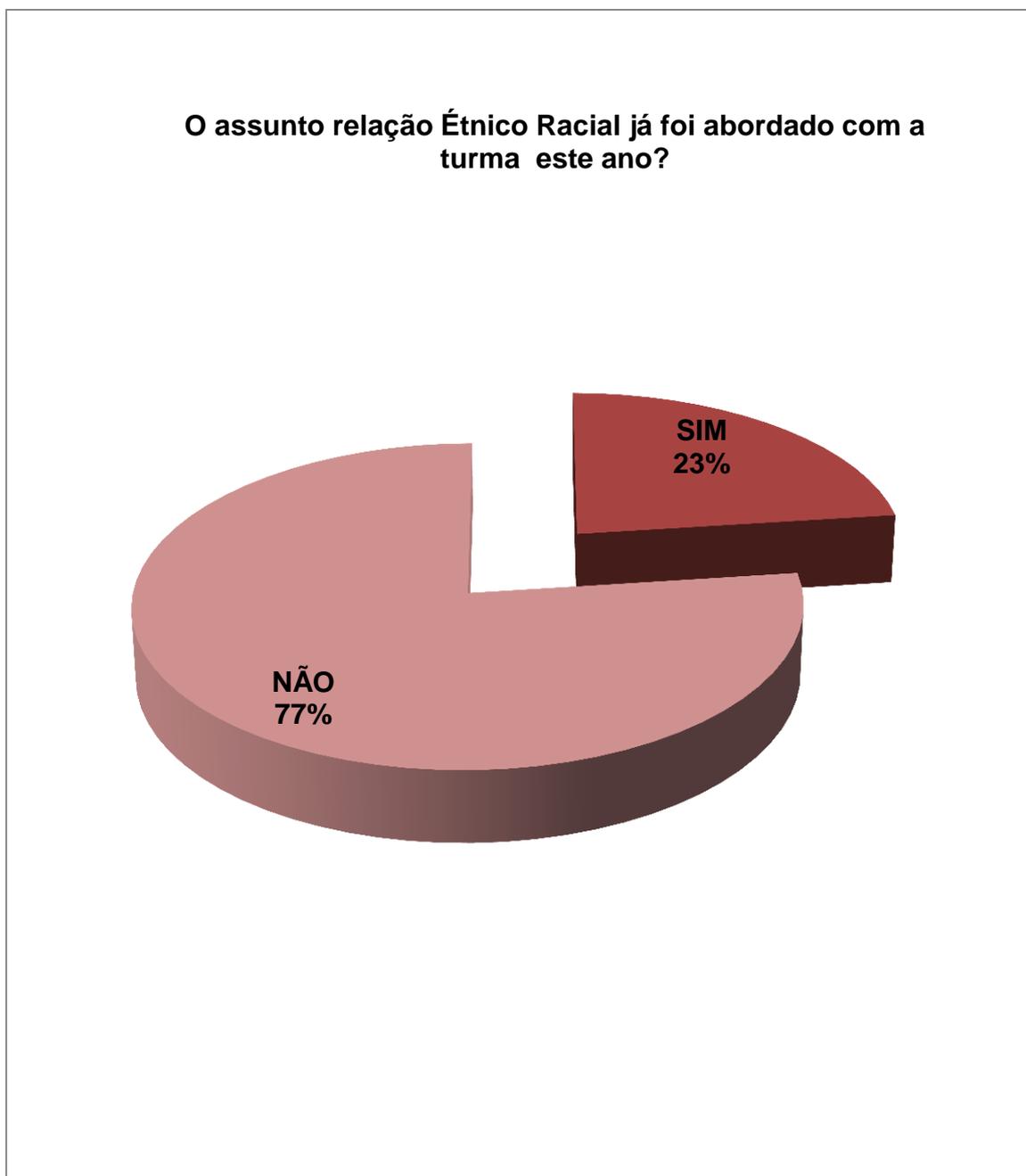
Gráfico. 01 - Conhecimento sobre o tema - Professores e Alunos do 4º Ano da Escola pesquisada.



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que os alunos possuem conhecimento sobre o tema Étnico Racial.

Gráfico. 02 - Abordagem ao tema no ano 2014, professor e aluno



Fonte: dados coletados na pesquisa

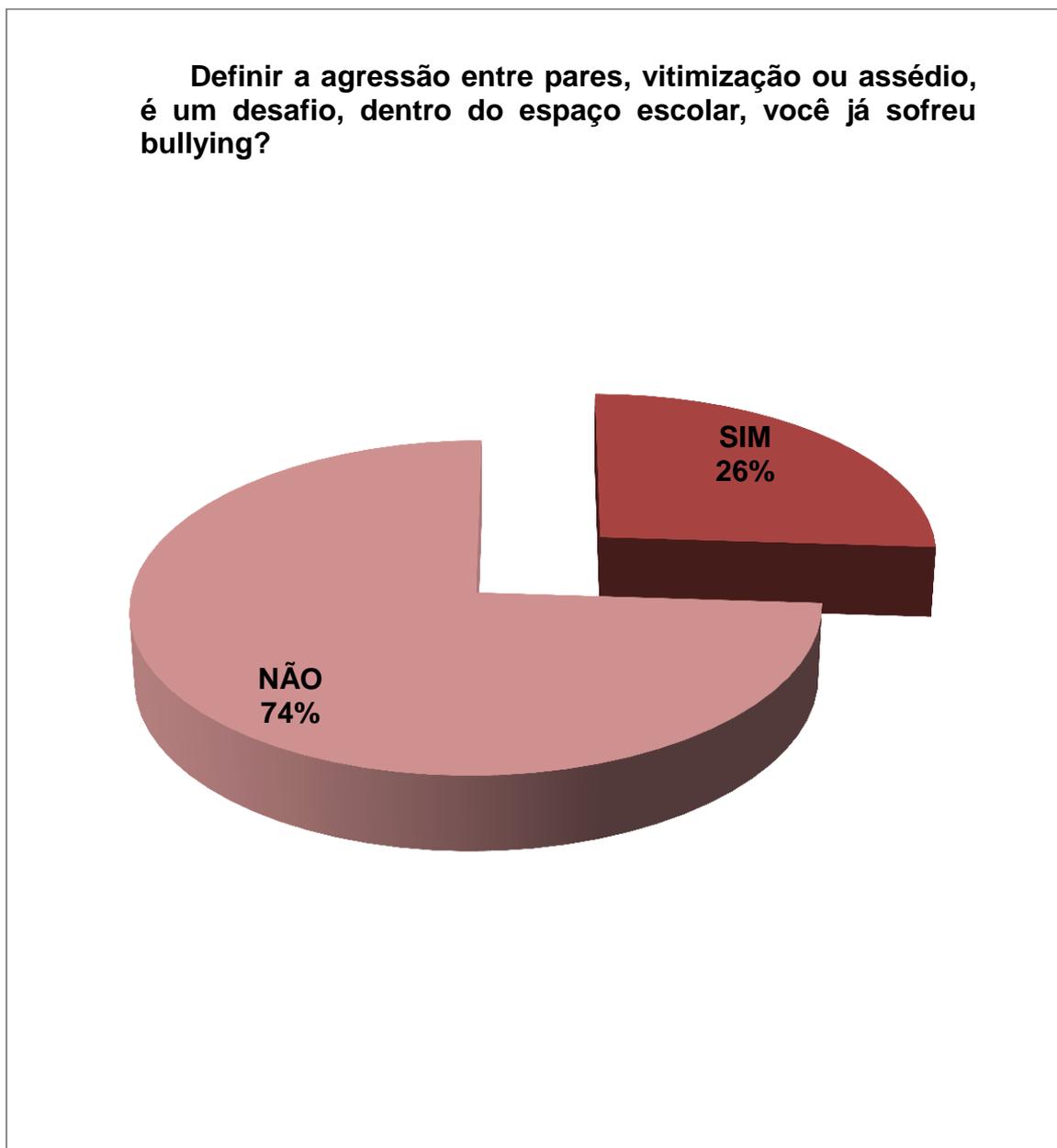
Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que o tema foi abordado durante o ano de 2014, segundo as normas das Diretrizes Curriculares e Proposta Pedagógica de Santa Catarina.

Gráfico. 03 - Preconceito

Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima os dados indicam que poucos se consideram preconceituosos.

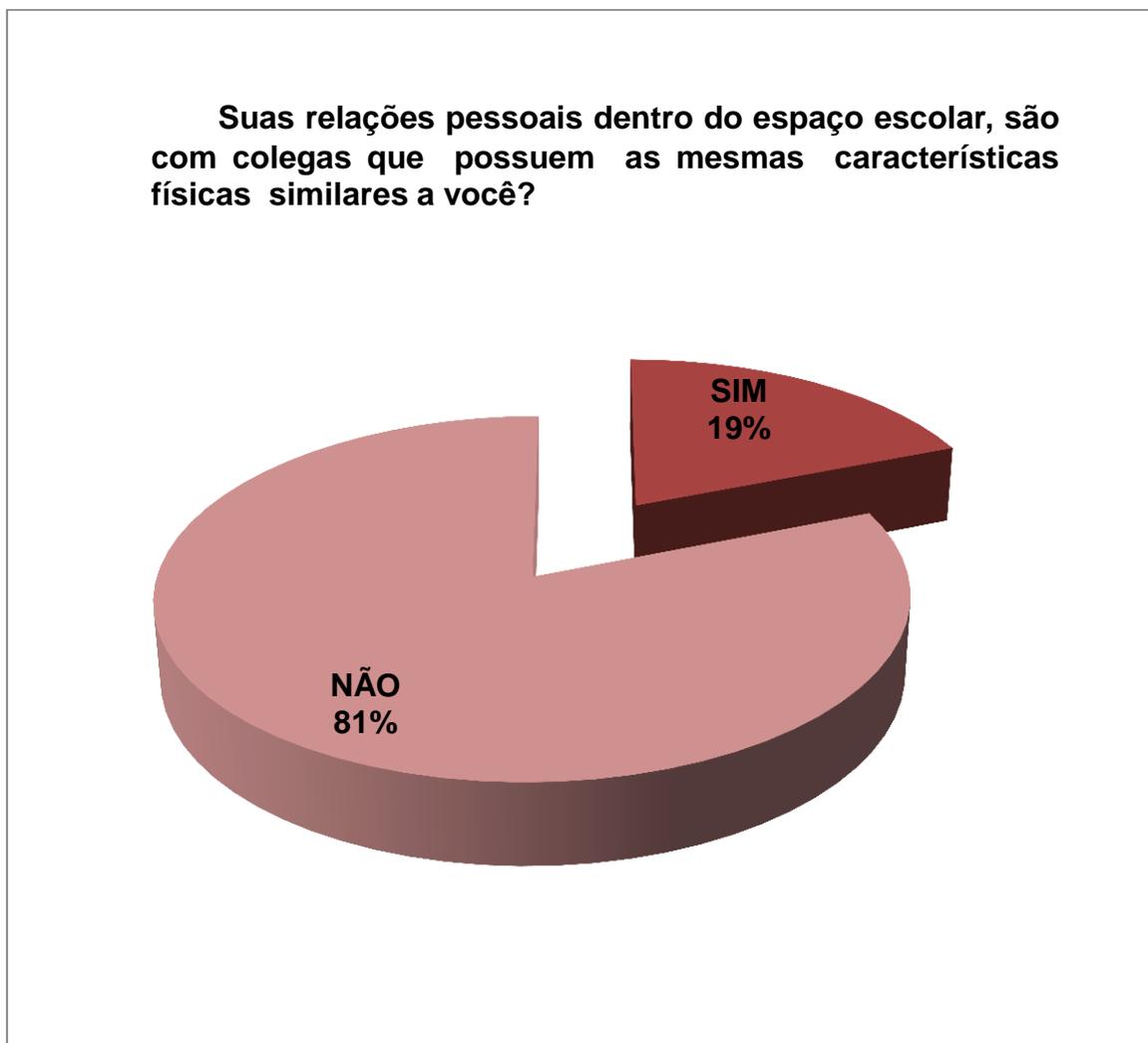
Gráfico. 04 - Desafio no Espaço Escolar



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que poucos alunos sofreram bullying dentro do espaço escolar.

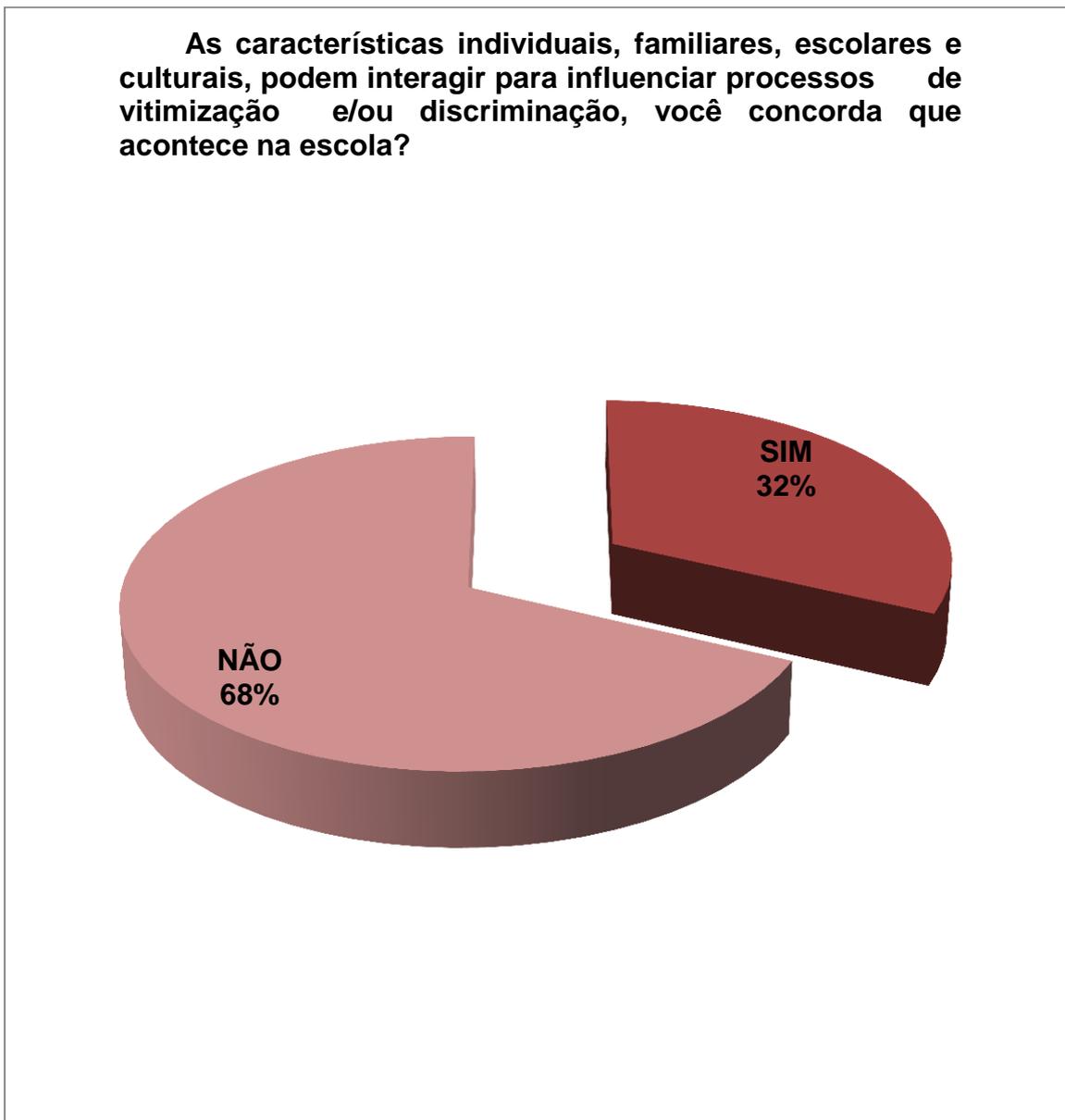
Gráfico. 05 - Características físicas similares.



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra a relação social dos alunos com seus colegas, são com aqueles que possuem características físicas similares a sua.

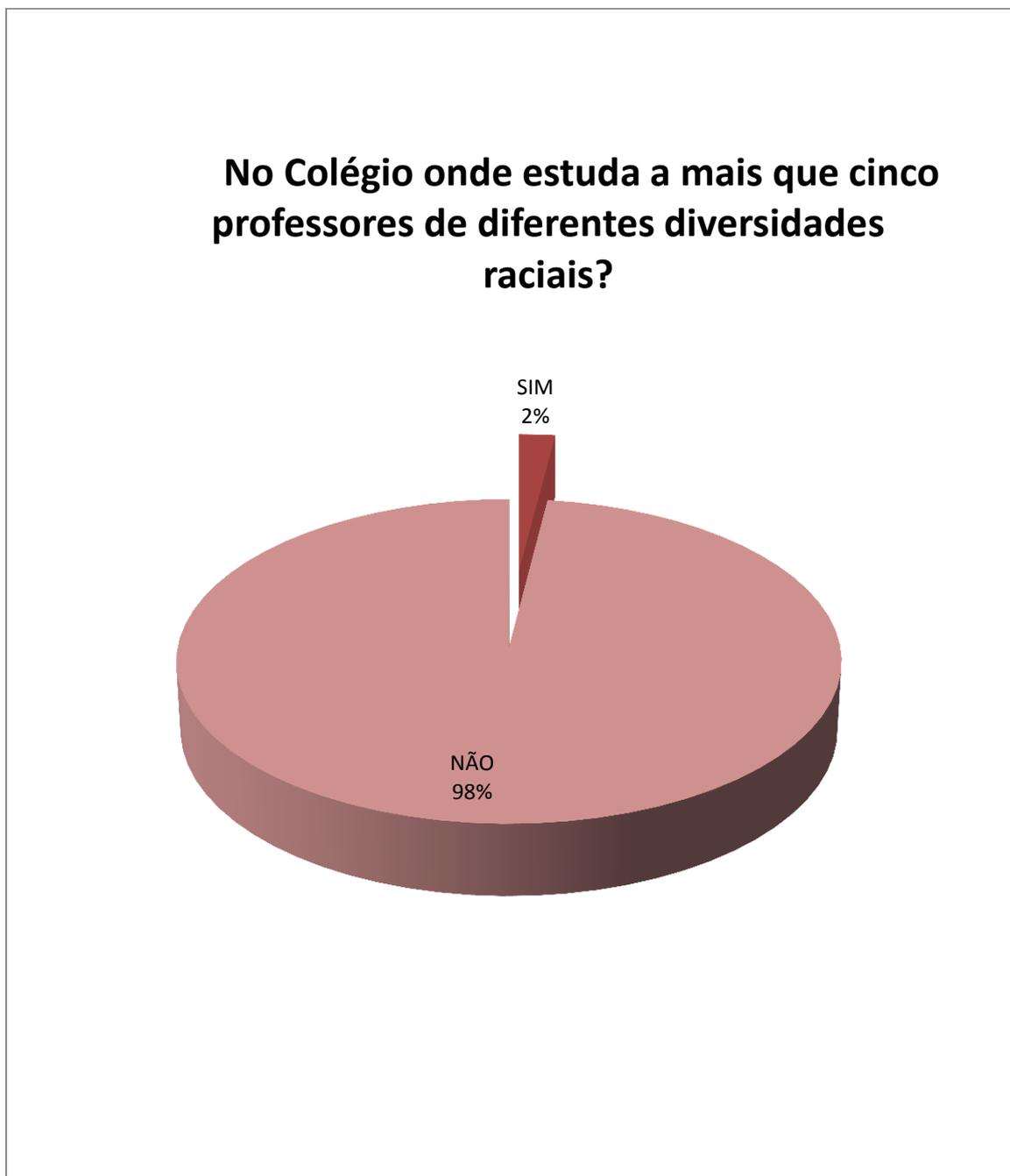
Gráfico. 06 - Características individuais e familiares.



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que os alunos acreditam em maior número que não acontece na escola discriminação, por características familiares, escolares e culturais.

Gráfico. 07 - Números de Professores de diferentes diversidades raciais.

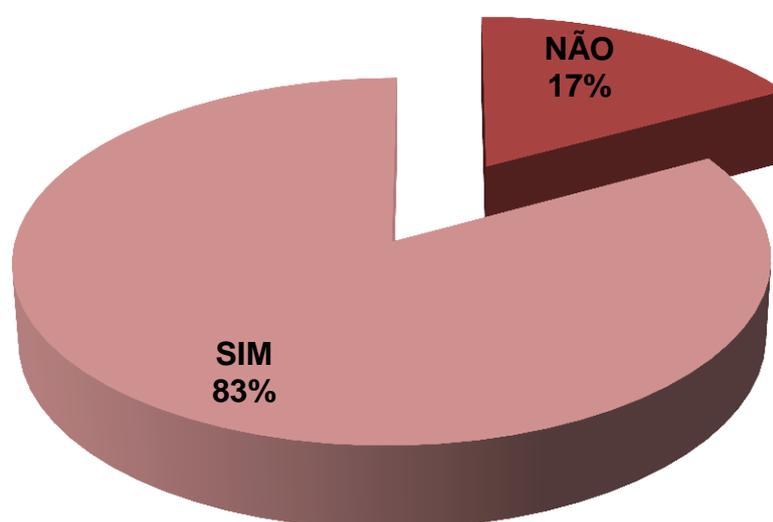


Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que não possui na escola mais de cinco professores de diferentes diversidades raciais.

Gráfico. 08 - Vivência com violência.

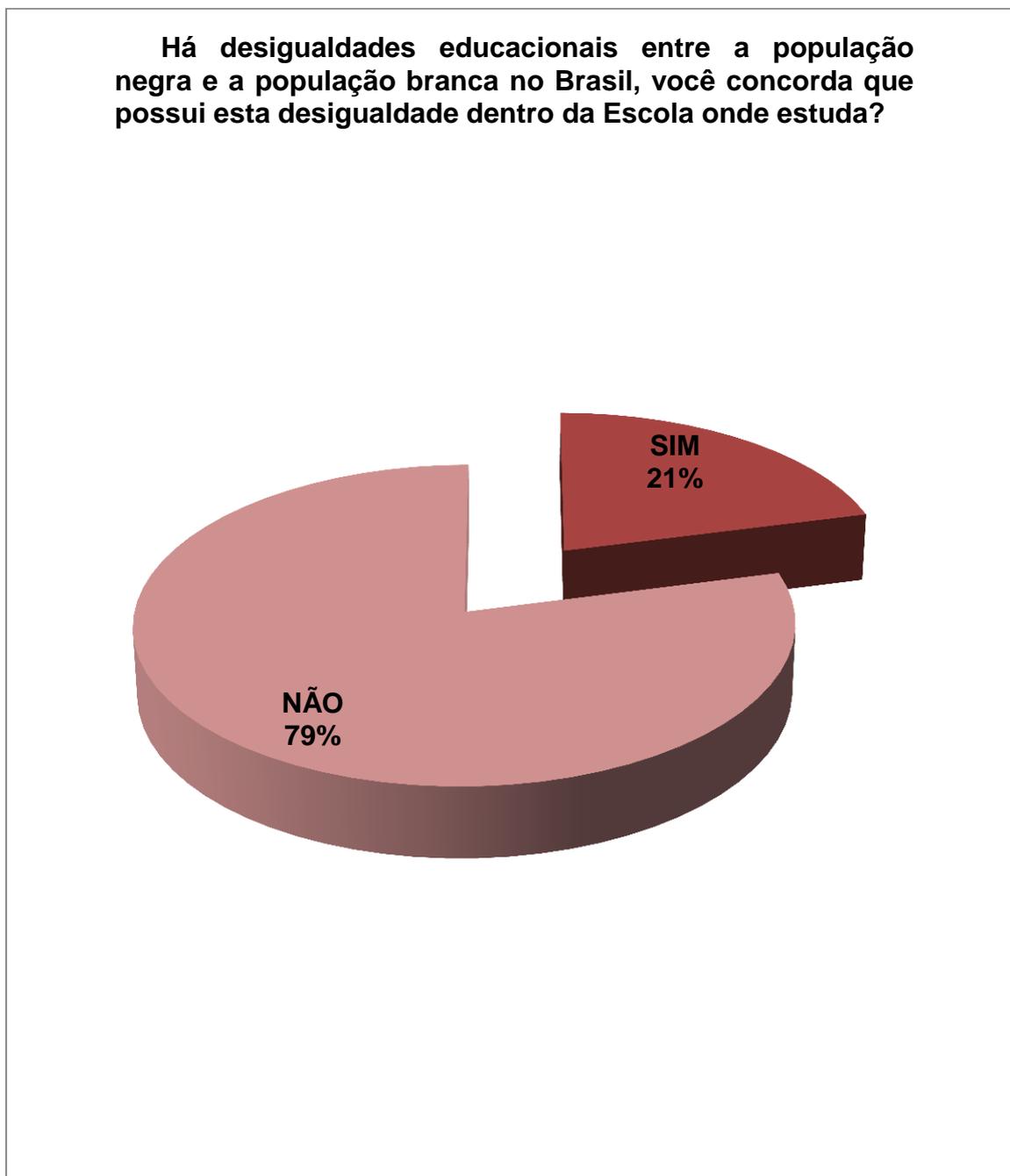
Embora nem todos os estudantes estejam diretamente envolvidos como vítimas ou agressores, mas todos estão envolvidos de alguma maneira, como por exemplo, expectadores, você já vivenciou em algum momento de qualquer tipo de violência?



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que os alunos já vivenciaram algum tipo de violência.

Gráfico. 09 - Desigualdade na escola

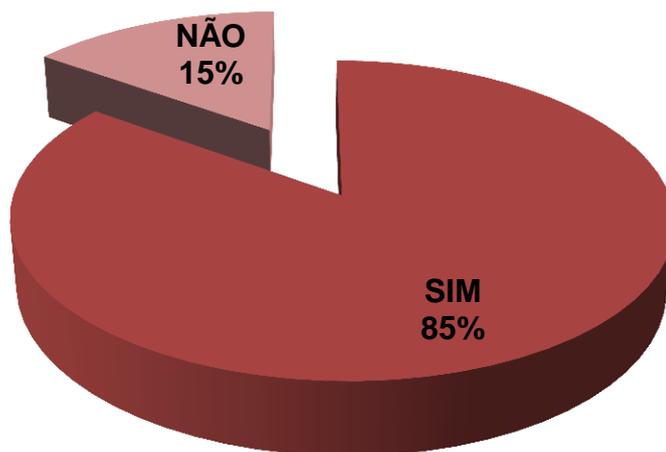


Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que os alunos acreditam que há desigualdade por causa de sua etnia dentro do espaço escolar.

Gráfico. 10 - Diferença e igualdade.

É bem verdade que o conceito de raça em si é inconsistente, já que do ponto de vista científico, “nenhum indivíduo da mesma espécie, possui características biológicas (ou psicológicas) singulares”, você concorda que somos todos diferentes?



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstram que os alunos concordam que as pessoas são diferentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência na aprendizagem pelo meio de convivência, fazem atitudes e ações racistas se manter ao longo da história, a necessidade de rever as práticas pedagógicas e atividades do dia a dia levando em consideração a diversidade, quebrando os paradigmas, reconstruindo o já construído, e vivenciando um novo conceito.

A escola como mediadora de conhecimento e conservadora de valores, ou cria novas expectativas antirracista, ou mantém o preconceito já existente, mesmo sem perceber mantendo conceitos de uma sociedade injusta.

A escola como mediadora, necessita urgente de construção de novos valores, com novos conteúdos, com novas práticas pedagógicas, é uma forma contribuir e de reconstruir conceitos para reparar o mal feito ao longo da história educacional.

Não pensamos que todos os problemas sociais serão resolvidos pela educação, mas reparar o mal já construído e reprogramar conteúdos antirracistas, e implantar nos currículos escolares será uma das ações inclusiva para acontecer a justiça social.

Portanto além de uma nova prática pedagógica comprometida com a educação de reconhecimento, para mudanças e inovações, preparado para criação de um novo ambiente escolar de uma forma comprometida, crítica e reflexiva, criadora de valores concretos para construção de um novo conceito social. Dessa forma, pode-se afirmar que a lei 10.639/03 esta sendo trabalhada de uma forma discreta dentro do espaço escolar acompanhado, portanto, muito ainda a de se fazer para mudar quadros antirracistas dentro daquele espaço.

Observamos que o assunto tema da pesquisa, já havia sendo trabalhado este ano por professores da escola acompanhada por isso a facilidade e conhecimento em responder o questionário aplicado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Relatora: Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Básica**. Brasília-DF, 2006.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil - Leitura Crítico-Compreensiva Artigo a Artigo**. Rio de Janeiro. Vozes, 2009.

CAVALHEIRO, Eliane (Org). **Identificando o Racismo, o Preconceito e a Discriminação Racial na Escola**. Educar para a igualdade: gênero e educação. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. Secretária Municipal de Educação, 2004.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de; DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

LOPES, T. A. ; Proposta de Implementação da Lei 10.639/03 nos Espaços Escolares. Curitiba 2011 (artigo).

ROMÃO, J.; **História da Educação do Negro e outras histórias/Organização**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. ISBN – 86-2896-0038-X, 278p. (Coleção Educação para Todos)

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo, 2007.

Sites pesquisados:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/em-dez-anos-populacao-que-se-autodeclara-negra-sobe-e-numero-de-brancos-cai-diz-ibge.htm> dia 07/12/2015 às 16h30min.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm dia 07/12/2015 às 16h.

[http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/seminario/uploadAddress/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Oral_-_Elza_Barboza_dos_Santos\[2256\].pdf](http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/seminario/uploadAddress/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Oral_-_Elza_Barboza_dos_Santos[2256].pdf) dia 07/08/2015 às 17h.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO. 01

Prezado Educando;

Conto com sua colaboração, no sentido de responder ao questionário, pois o mesmo tem o objetivo de contribuir para a pesquisa referente ao curso de Educação das Relações Étnico-Raciais- MEC/SECAD e CIPEAD/NEAB – UFPR.

Obrigada!

<p>1. Qual é seu conhecimento sobre o tema relação Étnico Racial?</p> <p>() Nada. () Possui conhecimento.</p>	<p>6. As características individuais, familiares, escolares e culturais, podem interagir para influenciar processos de vitimização e/ou Discriminação, você concorda que acontece na escola?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>2. O assunto relação Étnico Racial já foi abordado com a turma este ano de 2014?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>7. No Colégio onde estuda a mais que cinco professores, de diferentes diversidades raciais?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>3. Você se considera uma pessoa preconceituosa, referente há qualquer tipo de discriminação?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>8. Embora nem todos os estudantes estejam diretamente envolvidos como vítimas ou agressores, mas todos estão envolvidos de alguma maneira, como por exemplo, expectadores, você já vivenciou em algum momento de qualquer tipo de violência?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>4. Definir a agressão entre pares, vitimização ou assédio, é um desafio, dentro do espaço escolar, você já sofreu bullying?</p> <p>() sim () não</p>	<p>9. Há desigualdades educacionais entre a população negra e a população branca no Brasil, você concorda que possui esta desigualdade dentro da Escola onde estuda?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>5. Sua relação pessoal dentro do espaço escolar, são com colegas que possuem as mesmas características físicas similares a você?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>10. É bem verdade que o conceito de raça em si é inconsistente, já que do ponto de vista científico, “nenhum indivíduo da mesma espécie, possui características biológicas (ou psicológicas) singulares”, você concorda que somos todos diferentes?</p> <p>() Sim () Não</p>